

Não comprar gato por lebre - por um reexame da relação entre nacionalismo e antiimperialismo nos anos JK

*Lúcio Flávio de Almeida**

Resumo:

por meio do exame do nacionalismo nos anos JK, três hipóteses são apresentadas neste artigo: 1) o nacionalismo pode ser apropriado de diferentes modos por diferentes classes sociais; 2) a apropriação pelas classes populares pode conferir ao nacionalismo um forte caráter antiimperialista, apontando para profundas transformações no plano interno e nas relações com o sistema internacional; 3) o desenvolvimento desta apropriação implica, por um lado, alianças de classes e, por outro, autonomia política e organizacional dos dominados.

Ao longo do século XX, as classes populares brasileira ficaram comprimidas no interior do pêndulo liberalismo *versus* estatismo. Atualmente, após cerca de duas décadas de neoliberalismo, aumenta a nostalgia do desenvolvimentismo. Até políticos liberais falam em fortalecer a capacidade de intervenção do Estado com vistas a uma forte retomada do desenvolvimento.

É inegável que, também no Brasil, enfrentar o neoliberalismo implica a recuperação da capacidade do Estado para implementar políticas voltadas para o atendimento dos interesses imediatos das classes populares, tanto no plano econômico como no avanço da participação política. Mas é importante evitar o sério equívoco de se confundir a retomada do crescimento ou mesmo de um impreciso desenvolvimento auto-sustentado com o atendimento desses interesses. Neste sentido, voltarmos os olhos para a experiência histórica brasileira pode ser bastante útil.

Começemos com alguns dados empíricos.

O Brasil foi um dos países que mais cresceram no século XX. Entre 1900 e 1980, o PIB teve crescimento positivo. Se o crescimento da indústria já era elevado antes de 1930, a partir de então aumentou ainda mais: 7,5% nos anos 1930-40, 9% nos 1940-50 e 9,1% nos 1950-60 (Gonçalves, 1999: 81).

Este não foi um processo somente brasileiro. O ingresso das classes populares, especialmente dos trabalhadores, na vida política, especialmente com a Primeira Grande Guerra e o triunfo da revolução bolchevique, foi um dos desafios enfrentados pelo capitalismo na virada do século. Em

* Dep. de Política da PUC-SP; pesquisador do NEILS.

todos estes casos (fascismo, nazismo, New Deal) houve forte presença do Estado. Frente à ameaça da revolução, surgiram movimentos nacionalistas que, combatiam “corpos estranhos” e exaltavam o Estado como a única entidade capaz de preservar a unidade e a soberania da comunidade nacional. A própria relação do stalinismo com este processo ainda merece pesquisas acuradas.

Neste sentido, pode ser útil distinguir ideologia nacional de nacionalismo. A primeira é uma dimensão estrutural do capitalismo; a segunda expressa uma crise da própria ideologia nacional, por meio do clamor pela constituição de uma comunidade nacional ou pela sua revitalização, quando esta comunidade é percebida como ameaçada interna e/ou externamente. Em ambos os casos – pré-nação ou nação existente mas considerada em crise – se produzem nacionalismos.

A ideologia nacional e o nacionalismo, na medida em que centram o foco na constituição/reprodução da dimensão comunitária e soberana de uma sociedade de classes claramente territorializada, se volta para a celebração do Estado, visto justamente como a expressão desta soberania (Almeida, 1995).

Na primeira metade do século, a clara dominância do capitalismo industrial era praticamente apanágio das formações sociais imperialistas. Por outro lado, em diversas formações sociais dependentes, vinculava-se estreitamente a emancipação nacional às perspectivas de industrialização capitalista. Uma clara explicitação desta perspectiva foi formulada pela Cepal, cujo texto de fundação, escrito por Prebisch postulava como fundamental para a reprodução das assimetrias entre países o serem ou não industrializados, estabelecendo-se entre eles, uma permanente deterioração dos termos de troca (matérias-primas por produtos manufaturados) (Prebisch, 1949).

Durante muito tempo se apresentou o varguismo como indefinido, camaleônico e incapaz de implementar uma política definida. Hoje existe um amplo consenso em torno de que, nos períodos 1930-45 e 1951-54, a política de Vargas voltou-se claramente para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.

Ao longo do período 1930-1964, no Brasil, esta política se imbricou, no plano ideológico, com um certo tipo de nacionalismo, o chamado nacionalismo populista, cujos aspectos principais podem ser assim resumidos. Em primeiro lugar, os principais “suportes” deste nacionalismo foram setores da burocracia estatal mais comprometidos com a política de industrialização capitalista e dependente. Em segundo, não apenas parcelas da burocracia de Estado se constituíram no principal suporte como o aparelho de Estado foi a arena privilegiada dos embates entre as tendências nacionalistas e seus adversários. O aparelho de Estado era quase sempre o ponto de partida e regularmente o ponto de chegada deste nacionalismo. Em terceiro, os

movimentos informados por esta ideologia jamais se voltaram contra a estrutura do Estado, mas para processos de redefinição da política estatal. Ou procuravam reforçar uma política estatal já em curso ou de cobrar do Estado, visto como tendo abandonado suas “verdadeiras finalidades”, a implementação de uma política específica. Em quarto, no que refere à relação com o imperialismo, não se visava eliminar, mas redefinir a independência. Finalmente, as linhas de força do discurso nacionalista consistiam em duas idéias principais: a insistência em uma nação incipiente, carente de identidade própria e, portanto, frágil. A segunda aludia à necessidade de um Estado forte, munido dos meios para integrar o conjunto dos cidadãos na comunidade nacional (Almeida, 1995: 97-8).

Esta ideologia era apropriada de diferentes modos por distintas classes, frações de classe e camadas sociais em diferentes conjunturas. Além disso, em cada fase, estas apropriações também se articulavam de diferentes modos, com a maior ou menor presença de cada uma delas. Levar em conta estas diferentes apropriações e articulações implica elaborar uma periodização desse nacionalismo. Divido seu período de existência de prevalência político-ideológico (1930-1964) em diferentes fases: militar (1930-45), trabalhista (1951-54), triunfante (1956-61) e reformista (1961-64) (Almeida, 1995a; 1995b).

O nacionalismo triunfante

Um dos momentos mais gloriosos do crescimento da economia brasileira foi a segunda metade dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Tomando por base 1949 = 100, o setor de bens de produção chegou a 207,3 em 1956, 260,1 em 1957, 352,2 em 1958 e 425,0 em 1959, o que significou, aumentos em relação ao ano anterior de, respectivamente, 21,7%, 25,5%, 35,4% e 20, 7%¹. E tudo isto com um regime político que muitos consideram democrático. Basta mencionar que o historiador marxista Leôncio Basbaum, em seu excelente *História sincera da República*, afirmou que “o período governamental de Juscelino foi realmente de absoluta liberdade política” (Basbaum, 1976: 22). É esta fase do nacional-populismo brasileiro que denomino “nacionalismo triunfante”, o qual se estende – grosso modo – pela segunda metade dos anos 50, ou seja, com o governo de Juscelino Kubitschek (janeiro/56 a janeiro/61).

Kubitschek deparou-se com uma conjuntura internacional mais favorável ao desenvolvimento em novos termos do capitalismo industrial e dependente no Brasil. A reconstrução da Europa e do Japão conferiram maior complexidade e intensificaram a competição no interior do campo imperialista hegemônico pelos EUA. Ocorreu maior fluxo internacional de capitais, com investimentos industriais em diversas formações sociais

¹ BRASIL, Presidência da República – Conselho do Desenvolvimento, 1960, v. 4, apud Rampinelli (2003: 34).

dependentes. O período 1953-1973 foi o das maiores taxas de crescimento em todas as grandes regiões mundiais, tais como classificadas por Angus Maddison. Foi, segundo este autor, uma era de incomparável dourada prosperidade (...) O dinamismo pode ser observado em todas as regiões. Em todas elas, o PIB per capita cresceu mais do que qualquer outra fase” (Maddison, 1995: cap. 3, p. 3 e tabela 3-1).

Surgiram importantes brechas na Guerra Fria. Os velhos impérios britânico e francês foram estrategicamente derrotados quando, em 1956, não puderam, diante do veto dos EUA e da URSS, impedir a nacionalização do canal de Suez pelo governo egípcio. Aumentaram as vitórias dos movimentos de libertação do jugo colonial e se fortaleceu o bloco dos países “não alinhados”. A França, que sofrera pesada derrota para o Vietnã em 1954, seria novamente vencida na Guerra da Argélia, em 1958. Se, por um lado, os Estados Unidos se tornavam progressivamente a potência líder do capitalismo “ocidental”, por outro, viam seus principais liderados recuperarem a pujança econômica, inclusive no que se refere à exportação de capitais, e sofriam os impactos da competição econômica e política da URSS. Um pouco mais tarde, estariam em apuros diante dos impactos da Revolução Cubana e do envolvimento na guerra do Vietnã.

No plano interno, Kubitschek desfrutou de um leque de apoio bem mais amplo e diversificado. O PCB, que, em diversas conjunturas, fizera cerrada oposição ao governo Vargas, apoiou formalmente a candidatura e, em seguida, a posse de Kubitschek do seu vice, João Goulart. Às voltas com as redefinições que o governo Krushev implementava na URSS pós-Stalin, abandonou a perspectiva de luta armada e passou a considerar o nacionalismo a expressão da frente única antiimperialista no Brasil². Ao contrário do que afirmaram vários estudiosos (inclusive alguns ligados ao PCB), o partido não privilegiou exclusivamente a questão nacional em detrimento da democracia. Articulou ambas de um modo muito particular e obviamente sem conferir à “democracia” o sentido que lhe atribuem os liberal-democratas, especialmente os que seguem a tradição anglo-saxônica³. Aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista teve maior presença junto aos movimentos dos trabalhadores urbanos e alguns setores das ligas camponesas. Durante o governo Kubitschek, este apoio de massa foi importante e os acontecimentos do início dos anos 60

² A este respeito, ver a “Declaração de Março”, apresentada pelo PCB em 1958. O texto da Declaração pode ser encontrado em Carone (1982).

³ Ellen Wood faz uma importante análise da gênese da democracia liberal e de seus nexos estruturais com a dominação capitalista de classe e diferencia esta tradição democrática da originada na Grécia Antiga. Nesta, poucos cidadãos, basicamente camponeses proprietários, participavam ativamente dos negócios públicos. Naquela, a cidadania se expande para os proprietários e não proprietários dos meios de produção, mas perde seu caráter de intervenção efetiva na política. Ou seja, ao mesmo tempo em que é ampliada numericamente, perde substância. (Wood, 1995). Uma crítica à tese de que o PCB no pré-64, conferiu exclusividade à questão nacional, descurando da democrática pode ser encontrada em Almeida (2006).

confirmariam a avaliação de que o nacionalismo adquiriria uma feição crescentemente popular⁴.

Quase todo o campo nacionalista (inclusive a maior parte do PCB) apoiou o Kubitschek. O general Lott (nacionalista e anticomunista), ao liderar o (contra)-golpe de 11 de novembro de 1955, garantiu a posse do presidente e seu vice em 31 de janeiro de 1956, e, como ministro da Guerra, coordenou o principal esteio militar do governo, especialmente ao longo deste turbulento primeiro ano de mandato.

O PCB considerava o governo Kubitschek em disputa, sendo composto por uma ala entreguista, cujo principal expoente era Roberto Campos, e uma nacionalista, liderada pelo general Lott. A tática do partido consistia em combater a segunda e fortalecer a primeira. Independente da correção da ação política concreta encetada por esse partido, sua avaliação estava longe de ser delirante e era adotada, com sinais trocados, pela direita, inclusive na grande imprensa. Por exemplo, *O Estado de S. Paulo* considerava fundamental a destituição do ministro da Guerra e o reforço da posição de Roberto Campos e seus próximos (Almeida, 2006).

Desde quando expressou sua pretensão a se candidatar à Presidência da República, Kubitschek sofreu renhida oposição da direita civil e militar, que, tendo deposto Vargas, percebia o risco de ser desalojada do governo e dos principais postos no comando do aparelho estatal. Parte desta direita expressava interesses fortemente antiindustrialistas, vinculados às atividades de exportação-importação. Parte dela, especialmente alguns integrantes círculos militares, políticos profissionais e ocupantes de altos cargos no ramo civil do aparelho de Estado, não era exatamente antiindustrialista, mas, no essencial, antipopulista e estreitamente ligada à política dos Estados Unidos, o que a colocava, objetivamente, contra os que defendiam o prosseguimento do desenvolvimento capitalista industrial dependente apelando para a mobilização controlada das massas urbanas⁵.

As Forças Armadas, estavam profundamente divididas desde o final da II Guerra Mundial. Alguns membros da ala mais identificada com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos criaram, em 1949, a Escola Superior de Guerra, que fazia severa oposição a Vargas e também à dupla Kubitschek-Goulart⁶. Por outro lado, militares nacionalistas asseguraram a posse de Vargas e defenderam importantes políticas implementadas na primeira metade dos anos 50, às vezes contra as diretrizes específicas do próprio Vargas, às vezes, inclusive, desalojados de postos no aparelho de

⁴Mas o PCB não demonstraria capacidade de intervenção política própria no sentido de intensificar o caráter antiimperialistas destas lutas populares durante o governo Goulart (1961-1964).

⁵A respeito das relações entre as frações de classe e a política de Estado no período populista, as principais contribuições foram feitas por Saes (1985 e 1990) e Boito Jr (1982). Uma análise nuançada da política da Associação Comercial de São Paulo é feita por Costa (1998). Peixoto faz interessantes considerações sobre as diferenças entre o Clube Militar e a ESG, bem como sobre as relações desta com o populismo.

⁶Um importante estudo sobre a ESG foi produzido por Oliveira (1987).

Estado e decepcionados com os recuos do presidente diante das pressões externas e internas que sofria⁷.

A direita se expressava nos principais meios de comunicação, especialmente *O Globo*, na capital da República, e *O Estado de S. Paulo*. Este jornal não somente publicava declarações de civis e militares que conspiravam contra o governo como se referiu, em editorial, a Kubitschek como aquele “que se diz Presidente da República” e não deveria ser levado a sério. Afinal, “as causas que nos impeliram àquelas duas intervenções das Forças Armadas⁸ atuam, de Norte a Sul do País, extraordinariamente agravadas pela inércia governamental” (*OESP*, 10/1/56). No plano político-partidário, principal expoente da direita era a UDN, com destaque para a chamada “Banda de Música”, cujo principal membro, Carlos Lacerda, tivera papel destacado na oposição a Vargas e ao varguismo e seria o principal líder civil do golpe militar de 1964⁹.

Já o mais importante jornal nacionalista era o *Última Hora*, fundado em 1951, por iniciativa pública de Vargas e discreto apoio de Kubitschek (então governador de Minas Gerais) para romper o cerco da grande imprensa¹⁰.

Os militares nacionalistas demonstraram impressionante capacidade de rearticulação já antes da candidatura de JK-Goulart. Reuniram-se com empresários industriais e políticos profissionais e marcaram forte presença na *Revista do Clube Militar*, onde, antes do PCB, começaram a arrebatar dos antipopulistas (inclusive os liberal-democratas) a bandeira da defesa do regime democrático. Este processo foi decisivo para que esta revista ficasse altamente politizada e talvez a mais plural das publicações brasileiras no período. Ainda quando o Clube Militar era dirigido pela direita antipopulista, a *RCM* publicava resoluções de congressos realizados por forças populares (como o Congresso de Salvação do Nordeste)¹¹ e artigos contrários a política do governo no que se refere, por exemplo, à energia atômica, defendendo que este assunto fosse submetido, nos termos de um regime democrático, ao Congresso Nacional.

Logo depois da posse de Kubitschek, os nacionalistas ganharam as eleições para o Clube Militar, o que se repetiu em 1958, e, liderados pelo ministro da Guerra, forneceram importante apoio à política do governo.

⁷ Foi o que ocorreu, por exemplo, na “Campanha do Petróleo”. A este respeito, Martins (1976).

⁸ Aqui, *OESP* se referia às deposições de Vargas em 1945 e 1954.

⁹ Em relação à UDN, inclusive à heterogeneidade deste partido, Benevides (1981).

¹⁰ Sobre a *Última Hora*, Goldenstein (1987) e Pereira (1996).

¹¹ O Congresso de Salvação do Nordeste foi realizado em Recife, de 20 a 27 de agosto de 1955, com ativa participação de petebistas e comunistas, entre os quais Paulo Cavalcanti, o principal redator do documento final. As resoluções deste congresso foram publicadas pela *RCM*, 140, de out-nov/1955. Ver, no número anterior, entrevista na qual o Prof. Costa Ribeiro, “membro do Comitê Consultivo das Nações Unidas para aplicações pacíficas de energia atômica”, contrapondo-se à política do governo, especialmente a implementada pelo Chefe da Casa Militar, general Juarez Távora, defendeu uma política nacionalista para o setor.

Como não dispunham, dentro das Forças Armadas, de qualquer instituição similar à Escola Superior de Guerra, estimularam amplamente o debate político no próprio Clube Militar (inclusive na RCM), ao mesmo tempo em que se aproximaram da “Escola Superior de Paz”. Este foi o apelido que recebeu de Hélio Jaguaribe, já antes da fundação, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que, criado no âmbito do Ministério da Educação, reunia intelectuais nacionalistas de diferentes posições. O ISEB procurou estruturar e disseminar uma “ideologia do desenvolvimento”, mas superestimou suas própria capacidade para constituir uma sólida hegemonia nacionalista e desenvolvimentista, bem como para interferir no processo concreto de definição da política de Estado. Mais tarde, no início dos anos 60, com outra composição e sob o impacto do ascenso das lutas populares, o ISEB deslocou-se para a esquerda¹².

Em nenhuma fase do nacionalismo populista foi tão presente uma variante burguesa industrial como durante os anos JK. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) criou uma importante revista, *Desenvolvimento & Conjuntura*, de forte teor nacionalista, onde pontificavam diversos intelectuais que haviam atuado no governo Vargas. A poderosa Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (Fiesp) também deu guarida a industriais nacionalistas. Todavia, embora reclamando dos privilégios concedidos ao “capital estrangeiro”, especialmente no que se referia à Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)¹³, apoiou firmemente a política industrializante implementada pelo governo JK. Lutou, com sucesso, pela Lei de Tarifas que, protegendo o produto fabricado no Brasil, estimulou os investimentos de capitais externos na indústria brasileira e criou oportunidade para, sob múltiplas formas, diretas e indiretas, empresários brasileiros, em nome da emancipação nacional, se associarem a àqueles capitais. Estes segmentos da burguesia industrial eram nacionalistas, mas, de forma alguma, antiimperialistas.

Tanto a Instrução 113 como a Lei de Tarifas contribuíram para a maior presença de investimentos estrangeiros na indústria brasileira e, justamente devido a esta presença, para um intenso processo de centralização de capital. Em suma, nos “50 anos em 5”, não apenas se acelerou a consolidação do capitalismo industrial no Brasil, como este, no mesmo movimento, sofreu forte desnacionalização e se oligopolizou.

A Instrução 113 contribuiu para aumentar agravar ainda mais as contradições do capitalismo dependente brasileiro. Boa parte dos bens de capital trazidos pela empresas estrangeiras já estava sucateada nos países de

¹²A principal obra sobre o Iseb foi escrita por Toledo (1982). A tese de Alzira Alves de Abreu (1975) permanece como a mais importante tentativa de examinar a trajetória do ISEB no bojo das lutas político-ideológicas dos anos 50 e início dos 60.

¹³ O texto da Instrução 113 pode ser consultado em Carone (1980: 378-379).

origem, embora, aqui, expressasse maior desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, ao contribuírem para a superexploração da força de trabalho nos setores de produção de bens de consumo de luxo, não somente geravam pouco emprego como deprimiam a taxa de acumulação no setor interno de produção de bens de capital e nos de bens consumo popular (Souza, 2004: cap. 2).

A política do Estado, sintetizada no chamado Plano de Metas, foi um sucesso inclusive no que se refere a um aspecto no qual Vargas falhou: a atração de investimentos privados dos mais diversos países imperialistas, dos Estados Unidos ao Japão, para setores chaves da economia brasileira¹⁴. Constituiu-se, enfim, o que se convencionou chamar de o “tripé” de uma economia capitalista industrial consolidada: capital estatal, capital estrangeiro e, a “perna fraca”, capital particular nacional.

A indústria cresceu e se diversificou, com a instalação, no Brasil de um forte setor de bens de capital e de bens de consumo de luxo, este simbolizado principalmente pela fabricação de veículos motorizados. Some-se a isto a forte migração para as cidades; as mudanças na estrutura ocupacional, com a criação de novos postos na burocracia de Estado e nos altos e médios escalões das empresas estatais e particulares; a fundação da nova capital, Brasília; as rodovias que rasgavam o território brasileiro em todas as direções; o impacto simbólico da indústria automobilística; as inovações culturais como a Bossa-Nova, o Cinema-Novo e a arquitetura de Oscar Niemeyer; e – enfim! – a conquista, pela primeira vez, da Copa do Mundo de futebol... Realmente, parecia haver fortes razões para acreditar que, como afirmou Kubitschek, “o gigante acordou” e que o Brasil estava condenado ao desenvolvimento e – ainda mais – com democracia.

Neste processo em que se articulam economia, política e ideologia, a apologia do “técnico”, especialmente, do “economista” chegou a uma espécie de paroxismo, o qual ainda reverbera em boa parte dos estudos sobre os “anos dourados”. A tese consagrada é que boa – senão a maior – parte do “sucesso” do Plano de Metas se deve à atuação da chamada “administração paralela” que, sob o comando direto do chefe do executivo e de pessoas que ele escolhia a dedo, era recrutada segundo critérios meritocráticos – não clientelísticos – e atuava com o máximo de racionalidade e, portanto, autonomia frente à burocracia formal, ao Legislativo e ao sistema partidário, todos incorrigivelmente clientelistas¹⁵.

Independentemente da contribuição que fornecem para o entendimento de aspectos específicos da implementação de políticas estatais, estas abordagens são criticáveis sob três aspectos. Em primeiro lugar, ocultam o caráter de classe e, portanto, político, de processos de consolidação da

¹⁴ Uma relação dos principais países de origem dos investimentos estrangeiros no Brasil, durante os anos JK, é apresentada por Lafer (2002: 154).

¹⁵ Esta explicação foi celebrizada por Lafer (2002).

dominação e da exploração capitalista no Brasil. Em segundo, ignoram a importância dos conflitos internos ao aparelho de Estado não somente no tocante à formulação, mas à própria implementação do chamado Plano de Metas. Em terceiro lugar, a apologia dos técnicos ignora a importância dos conflitos políticos externos ao aparelho de Estado que foram fundamentais para a implementação dos “50 anos em cinco”.

Como não existe capitalismo sem crise, antes de se completarem os cinco anos, esta eclodiu, deixando claras as limitações dos “técnicos”, bem como as determinações sociais caráter de classe de sua racionalidade. No caso brasileiro, às determinações clássicas da crise se acrescentavam as derivadas do caráter dependente deste capitalismo. Nos setores de maior preponderância do capital imperialista, ocorreu forte elevação da taxa de mais-valor, com baixa utilização da força de trabalho. A contrapartida foi o aumento do exército industrial de reserva, inclusive – dá-lhe racionalidade dos “técnicos”! – forte impulso ao processo de favelização¹⁶.

Acrescente-se, portanto, à oligopolização e à desnacionalização o aumento da composição orgânica do capital e, com ela, a tendência à queda da taxa de lucro. Com vistas a combater esta tendência, impunha-se rebaixar os salários dos operários. Como não se podia rebaixar o salário nominal, descambou-se da espiral inflacionária.

Era necessário remunerar os investimentos estrangeiros e para isto não havia divisas suficientes, até porque estas dependiam das exportações de café e os preços deste no mercado internacional não pararam de despencar ao longo do governo Kubitschek¹⁷. Por outro lado, as frações burguesas ligadas à exportação de café exigiam permanentemente novos subsídios, arrastando, na suas mobilizações em favor do “homem do campo”, o apoio de boa parte dos fazendeiros do café. Subsídios que, aliás, era altamente inflacionário, embora os monetaristas (grandes meios de comunicação inclusos) não gostassem de tocar neste assunto.

Com a crise batendo à porta, as divergências entre os técnicos se transformaram em rotas de colisão. Os mais chegados ao grande capital defendiam uma política contracionista clássica, o que aliás era exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI): corte de subsídios às importações de petróleo, bens de produção, bens de consumo popular, restrição do crédito aos industriais e compressão de salários. Alguns não articulados com o grande capital, que seguiam carreira exclusivamente no interior do aparelho

¹⁶ O crescimento do emprego industrial gerado ao longo dos anos 60 foi pequeno, “cerca da metade do crescimento da população urbana” (Furtado, 1966: 98), especialmente na segunda metade da década, pelo intenso processo de desenvolvimento capitalista. Excelentes análises sobre a evolução do proletariado industrial no período foram elaboradas por Pereira (1981) e Singer (1981). Michin (1973: 11-12) estabelece importantes paralelos entre os processos de industrialização, urbanização e crescimento das “faixas de miséria” no período.

¹⁷ U\$ 61,28 a saca em 1956; U\$ 59,05 em 1957; U\$ 53,76 em 1958; U\$ 42,05 em 1959; U\$42,38 em 1960; U\$ 41, 86 em 1961.

de Estado ou em certas organizações geradoras de forte ideologia nacionalista, opunham-se a interromper bruscamente o Programa de Metas. A eles se juntaram as demais forças nacionalistas, inclusive – e de modo bastante aguerrido – representantes da burguesia nativa ligada a setores mais tradicionais e com menor margem de lucro.

Kubitschek, em um gesto conciliatório, substituiu José Maria Alkmin por Lucas Lopes, mais palatável à direita, até porque, além de “técnico”, estaria secundado por um “super técnico” na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Bnde): Roberto Campos. Bastou se encerrarem as eleições de 1958, com grande vitória dos nacionalistas, para a dupla apresentar seu Programa de Estabilização Monetária (PEM).

O PEM deixou quase todas as forças sociais em polvorosa. O conjunto da burguesia até concordava em combater a inflação, mas os médios industriais não estavam dispostos a, em nome da saúde monetária, perder acesso aos favores estatais para ampliarem os investimentos. E queriam as cabeças de Lucas Lopes e Roberto Campos, considerados inimigos da indústria brasileira e, portanto, da “emancipação nacional”. O próprio presidente do Banco do Brasil, Sebastião Paes de Almeida, recusava-se a seguir as diretrizes adotadas por Lopes e Campos de restringir o crédito aos industriais. Os militares nacionalistas temiam que a importação de equipamentos para a Petrobrás fosse prejudicada pelos entraves criados pela PEM. Estudantes e líderes sindicais, além de políticos nacionalistas mais à esquerda, denunciavam os vínculos da dupla com o imperialismo estadunidense e clamavam por reformas estruturais, a começar pela reforma agrária e por uma legislação mais restritiva à remessa de lucros.

A “ruptura” com o FMI

Em 9 de junho de 1959, Kubitschek suspendeu as negociações com o FMI e, no mês seguinte, substituiu a dupla Lucas Lopes & Roberto Campos.

Algumas observações podem ser feitas acerca deste conflito que era, ao mesmo tempo, interno e externo. Em primeiro lugar, o prestígio dos “técnicos” estava em queda livre. Esgotada a sua capacidade de intervenção, o caso ficou aos cuidados do pessoal político. Agora técnicos eram os “outros”, os do FMI, limitados pois desprovidos de qualquer “sensibilidade política”. Em segundo, muito se falou acerca da soberania do Estado nacional brasileiro. Em terceiro, em estreita relação com o segundo ponto, emitiu-se várias vezes o recado de que se administrava uma soberania sabiamente atenta aos seus limites e, portanto, se esperava compreensão política dos que aparentemente se afrontava. O governo, longe de se apresentar como o grande mobilizador do povo contra o imperialismo, sinalizava estar entre dois fogos: a ameaça ao “Plano de Metas” e o “risco das mobilizações populares”.

No que se refere a JK e, mais ainda, aos industriais, o “nacionalismo triunfante” evitava qualquer simbiose com as classes populares, considerando-as fundamentalmente como um ente externo. Capitalistas e grandes burocratas ocuparam os principais cargos. Tanto no discurso como no processo de sua produção/veiculação, havia um implícito, mas inequívoco, domínio da variante burguesa do nacional-populismo. Ao se apresentar o governo de um lado e o povo de outro, já não se esperava, muito pelo contrário, grandes mobilizações do segundo por parte do primeiro. O nacionalismo triunfante exigia a manutenção da ordem.

E como se falou em ordem naqueles dias!

Kubitschek teve um histórico encontro, nos jardins do Catete com representantes dos mais variados segmentos de sua base de apoio. Lá estavam representantes estudantis, parlamentares nacionalistas de todos os matizes, dirigentes empresariais, comunistas (inclusive Luís Carlos Prestes). Segundo o presidente, os brasileiros não necessitavam “apenas de conselhos...mas de cooperação efetiva e dinâmica”, até porque esta seria “altamente rentável” a quem a prestasse; nada o faria “cometer a imprudência de desamparar a nossa indústria”, de permitir que ela caísse “em mãos de forasteiros, pelos efeitos da falta de financiamento justo e racional”, ou que fosse eliminada “pela anemia, pela falta de crédito”; “a marcha do Brasil é irreversível”. Por outro lado, deixou bem claro que não pedia aos presentes “um pronunciamento favorável ao desenvolvimento na desordem, pois na desordem não há desenvolvimento”. Portanto, apelava para que se deixasse a “instigação à desordem, as retaliações pessoais, as *intrigas de classe* para os que não querem que o Brasil se torne uma nação liberta e sólida” (grifos meus).

Seis meses após o triunfo da revolução cubana, menos de 30 dias depois da encampação, no Rio Grande do Sul, da subsidiária da *Bond and Share*), manifestações de massa na Argentina... Iniciava-se uma luta antiimperialista no Brasil? Não foi desta vez. Em fevereiro de 1960, o presidente dos EUA, visitou o Brasil e, em maio o FMI concedeu um empréstimo de cerca de 48 milhões de dólares, dando sinal verde para a “comunidade financeira internacional”.

Não faltaram empresários industriais para apoiar a decisão de Kubitschek. Todavia predominou, especialmente no que se refere à grande burguesia industrial, um apoio mais cauteloso: não comprometer o Plano de Metas, mas sem fechar as perspectivas de negociação. Não por acaso, Kubitschek nomeou Sebastião Paes de Almeida ministro da Fazenda (Roberto Campos foi substituído por Lúcio Meira), Horácio Lafer ministro das Relações Exteriores e Walter Moreira Salles embaixador nos EUA. O nacionalista *Última Hora*, que já anunciara estarem os EUA “prontos para

financiar os planos do Brasil”, também publicou outra reconfortante matéria carinhosamente intitulada “Mister Salles goes to Washington”¹⁸.

Diversos autores demonstraram como a política populista implementada pelo Estado brasileiro a partir dos anos 30 relacionou-se estreitamente com a crise de hegemonia entre as frações da classe dominante. Nos “anos dourados”, o próprio sucesso desta política contribuiu para agravar uma dupla contradição. Cresceu o peso relativo do grande capital e com isto seu apetite hegemônico. Esta tendência estava na raiz da resistência mais nuançada do conjunto da burguesia industrial (e mesmo de outras frações burguesas) às pressões do FMI. Neste sentido, os que, ao longo de 1959, tanto na Fiesp como na CNI, estiveram na “vanguarda” empresarial do combate nacionalista não representavam os segmentos hegemônicos da fração de classe, embora estivessem mais capacitados para ocupar, naquele momento, aquela posição. Foi o canto do cisne.

Por outro lado, o nacionalismo, que fora tão importante para este sucesso, ao se espraíar para amplos setores das classes populares e segmentos da burocracia de Estado, tornaria mais visível a presença do capital internacional na sociedade brasileira. Para as primeiras – e mesmo para as bases da burocracia estatal – a possibilidade da passagem do nacionalismo ao antiimperialismo não era puro delírio. O nacionalismo não era imune às determinações de classe.

Neste contexto, revela-se a imensa grandeza, bem como as limitações, de Kubitschek. Sua brilhante e efêmera presença no centro do palco político brasileiro, atualizou, com engenho e arte, as linhas de força do nacionalismo populista, imprimindo grande impulso à variante burguesa. Mais do que isso, nem carregando a burguesia industrial no colo.

Não valeu a recíproca, pois, no bojo da crise política do início dos anos 60, a forte presença política nacional de JK, que muitos – a começar pelo próprio – esperavam ser duradoura, não passou de cinco anos, a exata duração de seu mandato presidencial.

Na seqüência, a primeira crise tipicamente capitalista do capitalismo industrial dependente brasileiro coincidiu com a ascensão das classes populares, cuja apropriação do nacionalismo revelaria um forte potencial antiimperialista. O *Boletim Informativo da Fiesp/Ciesp* soou o alarme. Como afirmou um conferencista, no início de 1964, era hora de se afastar “qualquer preconceito contra a empresa privada”. Nacionalismo bom, só mesmo o da “Alemanha dos Junkers” e o do “Japão dos Samurais”¹⁹. Para o conjunto da burguesia, não mais se tratava de disputar o governo, mas de mudar o regime. E as lutas populares foram destroçadas pelo golpe de 1964.

¹⁸ *Última Hora*, 12 e 19/7/1959.

¹⁹ *Boletim Informativo da Fiesp/Ciesp*, n. 745 (25/01/1964).

Alianças políticas são fundamentais para os dominados, desde que estes mantenham clareza quanto aos seus objetivos e autonomia no que se refere à sua organização e formas de luta.

Bibliografia

- ABREU, A. A. (1975). *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Thèse de doctorat de 3o. cycle. Paris: Université René Descartes.
- ALMEIDA, L. F. (1995a). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC.
- _____. (1995b). “O ‘nacionalismo triunfante’: um momento do nacionalismo populista no Brasil” *Teoria e Pesquisa*, 14/15.
- _____. (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- BENEVIDES, M. V. (1981). *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOITO JR, A. (1982). *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL – Presidência de República (1959). *Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek* (estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1958). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Pres. da República.
- BRASIL – Presidência da República (1960). Conselho de Desenvolvimento, v. 4.
- CARONE, E. (1980). *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL.
- _____. (1982). *O PCB – 1943- 64*, v. 2. São Paulo: Difel.
- COSTA, P. R. N. (1998). *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: HUCITEC.
- FURTADO, C. (1964). *Dialética do desenvolvimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GOLDENSTEIN, G. T. (1987). *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus.
- GONÇALVES, R. (1999). *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- LAFER, C. (2002). *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- MADDISON, A. (1995). *Monitoring the World Economy: 1820 – 1992*. <http://www.ggdc.net/maddison>. Consultado em 25/07/2006.
- MARTINS, L. (1976). *Politique et développement économique : formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos.
- MÍCHIN, S. S. (1973). *Processo de concentração de capital no Brasil (análise do “Milagre Brasileiro” por um economista soviético)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, E. R. (1978). *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes.
- PEIXOTO, A. C. (1980). “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- PEREIRA, D. (1981). *Perfil da classe operária*. São Paulo: HUCITEC.

- PEREIRA, L. A. (1996). *Imprensa e populismo: Última Hora no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Diss. de mest. São Paulo: PUC.
- PREBISH, R. (1949). *The economic development of Latin America and some of its principal problems*. Cepal.
- RAMPINELLI, W. (2003). *A política externa de Juscelino Kubitschek: as relações perigosas entre o nacional-desenvolvimentismo e o colonialismo português*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC.
- SAES, D. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- _____ (1990). *Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70-80*, 2a. ed. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- SILVER, B. J. (2005). *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.
- SINGER, P. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1983). *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOLEDO, C. N. (1982). *ISEB: fábrica de ideologias*, 2ª. ed. São Paulo: Ática.
- VARGAS, G. (1938). “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos”. In: *A nova política do Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 13.
- WOOD, E. (1995). “O *demos* versus ‘nós, o povo’: das antigas às modernas concepções de cidadania”. In: *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.